

MP elimina licitação para governo vender imóveis de até R\$ 5 milhões

Por Murillo Camarotto | De
Brasília

O governo pretende anunciar no início de 2018 um pacote de mudanças na legislação que disciplina o tratamento dos imóveis de propriedade da União. Os detalhes finais de uma medida provisória estão sendo discutidos entre equipes da Casa Civil e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que é ligada ao Ministério do Planejamento.

A atualização tem como objetivo simplificar a cessão e a venda de terrenos ou prédios públicos. Entre as principais medidas está a retirada da exigência de licitação para a comercialização de imóveis cujo valor seja avaliado em até R\$ 5 milhões. Também estão previstos reajustes nas taxas cobradas pela ocupação ou pela transferência desses imóveis, sobretudo aqueles que estão localizados na faixa litorânea do país.

A dispensa de licitação visa tornar mais ágil a comercialização dos

prédios ou terrenos públicos considerados "inservíveis" para a União. A proposta da medida provisória é de que esses imóveis sejam alienados mediante chamamento público, sem a necessidade de leilões.

Os interessados deverão pagar à vista e poderão acessar linhas de financiamento disponíveis no Sistema Financeiro Nacional. Para imóveis avaliados em mais de R\$ 5 milhões, seguem as regras atuais, com exigência de leilão. Em 2015, o Planejamento anunciou a meta de arrecadar R\$ 1,9 bilhão com a venda de imóveis da União. Não se sabe, porém, quanto desse valor entrou nos cofres públicos.

Pela proposta da medida provisória, a SPU ganhará mais autonomia na tomada de decisões, o que promete acelerar os procedimentos. Atualmente, a cessão de um imóvel ou de uma área da União tem que ser autorizada em ato do presidente da República. Com a mudança sugerida, a operação fica a critério da secretaria.

Isso poderá agilizar, por exemplo, a cessão de áreas públicas para os portos. A MP diz que imóveis ou terrenos da União necessários à implantação ou expansão de instalações portuárias poderão ser cedidos gratuitamente e com dispensa de licitação. Atualmente, o processo é mais burocrático e exige uma fiscalização que o governo não tem condições de realizar.

A depender do regime em que essas áreas forem cedidas, os portos organizados poderão ter direitos perpétuos sobre o terreno, com a possibilidade de usá-los, por exemplo, como garantia para a tomada de financiamentos.

Quem está em uma área da União é considerado ocupante ou foreiro. Essa situação é bem mais comum nas cidades litorâneas, onde os terrenos de propriedade da Marinha abrangem uma faixa de 33 metros contados a partir do mar em direção ao continente. Também são demarcadas as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés.





Dos ocupantes é cobrada uma taxa anual correspondente a 2% do valor do domínio pleno do terreno, descontadas as benfeitorias. Os foreiros - que têm um contrato com a União - pagam 0,6%. A taxa não discrimina pessoas físicas e empresas, situação que a MP também quer mudar.

Pela proposta, vai dobrar a alíquota cobrada das empresas, que passará para 4% na taxa de ocupação e para 1,2% no foro. Pessoas físicas - proprietários de apartamento na orla, por exemplo - seguem como estão hoje.

As empresas também devem pagar mais pelo laudêmio, como é conhecida a taxa cobrada sempre que há transferência da autorização de ocupação. A taxa atual, de 5% do valor do domínio pleno do terreno, passa a 10% com a MP. Para as pessoas físicas não há

proposta de reajuste.

A justificativa para o aumento nas taxas das empresas é a necessidade de um tratamento diferenciado entre quem usa as áreas públicas simplesmente para a moradia daqueles que extraem lucro dessa ocupação. Ainda há, no entanto, divergências no governo em relação ao reajuste.

O aumento pode ajudar a melhorar a arrecadação da SPU, que registrou queda de 32% entre 2015 e 2016. Até outubro deste ano, as receitas da secretaria estavam em cerca de R\$ 558 milhões. O foro, a taxa de ocupação e o laudêmio respondem pela maior parte da arrecadação.

A nova legislação também prevê a extinção do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Criado para cobrir

despesas referentes à indenização de acionistas minoritários e outros passivos herdados pela União, o fundo foi constituído com recebíveis da RFFSA decorrentes de contratos de arrendamento das malhas ferroviárias.

O fundo também deveria receber os recursos provenientes da venda de imóveis da União no valor de até R\$ 1 bilhão. A SPU recomendou a venda de 1.250 imóveis para este fim, mas por conta da burocracia e das dificuldades do mercado, somente 102 foram comercializados, arrecadando somente 17,1% do planejado.

Agente operador do fundo, a Caixa Econômica Federal informou que a manutenção do fundo, nesse cenário, impõe custos administrativos consideráveis, que não justificam a manutenção de seu funcionamento.

Sem medidas de ajuste, governo estuda cortes no Orçamento

Por Beatriz Olivon, Edna Simão, Eduardo Campos, Fabio Graner, Fábio Pupo e Raphael Di Cunto | De Brasília

Sem conseguir aprovar as medidas de ajuste fiscal no Congresso, a equipe econômica já se prepara para começar um ano eleitoral com corte no Orçamento para assegurar o cumprimento do teto de gastos e da meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões. O governo estuda "alternativas" para compensar a frustração de aumento de receitas e corte de despesas, que somariam a R\$ 21,4 bilhões. E um aumento de impostos não está descartado.

A equipe econômica quer compensar a perda de R\$ 6 bilhões em receitas devido à não aprovação, até o momento, da medida provisória que trata da tributação dos fundos exclusivos. Para entrar em vigor em 2018, teria que ser aprovada no fim deste ano. Os trabalhos do Congresso, no entanto, foram na prática encerrados com a aprovação da peça orçamentária do ano que vem.

Técnico da equipe econômica minimiza a situação e diz que parte dessa frustração será compensada pela revisão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), anunciada na semana passada. A nova perspectiva de crescimento para 2018, que passou de 2,5% para 3%, geraria uma arrecadação de pelo menos R\$ 5 bilhões ao governo, tomando como base contas do Congresso.

Apesar de não contar mais com ela para 2018, a equipe econômica insiste na mudança da tributação dos fundos e prepara a reedição da medida provisória, conforme o Valor apurou. Com uma nova MP, as novas receitas pela tributação poderiam entrar nos cofres públicos em 2019.

Enquanto isso não é feito, o governo ainda tem que lidar com a suspensão da medida provisória que adiaria o reajuste. A MP possibilitaria uma redução das despesas de R\$ 4,4 bilhões aumentaria alíquotas previdenciárias de servidores públicos de 11% para 14%, rendendo R\$ 2,2 bilhões em receitas.

A iniciativa foi tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em caráter liminar. Como a última sessão da do STF foi realizada ontem e só serão retomadas em fevereiro, o governo admite ter poucas chances de reverter o quadro (o reajuste é dado em 1º de janeiro).

Segundo apurou o Valor, parte da equipe econômica considera que a batalha ainda não está perdida, porque os salários reajustados só serão depositados em fevereiro. Portanto, haveria um tempo maior para recursos e discussões com o Supremo sobre o tema.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou, no mês passado, que sem as medidas de ajuste deve haver um contingenciamento de até R\$ 21,4 bilhões no ano que vem. Com as primeiras frustrações à vista (não aprovação da medida dos fundos e suspensão do adiamento de reajustes), a equipe econômica agora considera um bloqueio de recursos que pode ocorrer mesmo antes da divulgação do primeiro relatório





bimestral de avaliação de receitas e despesas em 2018. Segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, será retirado do Orçamento o efeito de todas as medidas que não foram aprovadas pelo Congresso.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reconheceu que o governo foi pego de surpresa pelo STF e que há poucas alternativas para reverter a decisão. Mesmo assim, disse estar em contato com a Advocacia-Geral da União (AGU) para estudar como defender a medida.

Meirelles alertou que as despesas estão limitadas pelo teto de gastos e que, caso esse teto seja descumprido, medidas corretivas "fortes" serão tomadas a partir de 2019, como congelamento de salários e subsídios. "Isso existe na Constituição para que todos se empenhem na busca de uma solução", disse. Mesmo assim, ele disse que o teto de gastos será cumprido "de uma forma ou de outra". "A questão é se vamos cumpri-lo de uma maneira organizada ou através de medidas

como contingenciamento", disse.

O governo não tem um "plano B" para contornar o impacto da suspensão da medida, segundo o ministro da Fazenda, mas medidas alternativas serão estudadas. "Vamos aguardar", disse ele sobre um eventual aumento de impostos. Meirelles fez um aceno a um reajuste no Bolsa Família em 2018. Ele considera "razoável" um reajuste pela inflação, mas acredita que um eventual ganho real teria que ser "pensado".

O ministro também fez um alerta sobre a importância das regras para o reajuste do salário mínimo, a serem definidas pelo próximo governo em 2019. "O maior problema nessa área é a definição das novas regras do salário mínimo. Essa é uma questão relevante para os próximos anos". No que diz respeito a 2017, o ministro da Fazenda afirmou que é possível liberar R\$ 4 bilhões até o fim do ano e que o resultado primário deve ser pouco melhor que a meta de déficit de R\$ 159 bilhões.

Retrospectiva

ALEXA SALOMÃO

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, foi festejado ontem nas redes sociais e grupos de WhatsApp de funcionários públicos. A categoria se sentiu acolhida. Numa canetada, segunda-feira (18), ele barrou, ao menos em caráter provisório, a tentativa do governo de suspender o reajuste dos servidores públicos e de elevar de 11% para 14% a sua contribuição previdenciária.

A decisão de Lewandowski foi a resposta para uma ação do PSOL. O partido questiona a legalidade da Medida Provisória que o governo federal usou para tentar suspender o reajuste e elevar a receita previdenciária enquanto ganha tempo para recompor o caixa que, não é segredo, tem um profundo buraco.

O governo já fala até em rever o Orçamento do ano que vem, alegando que não há como acomodar o gasto.

Não vamos discutir o inexplicável: que um partido de esquerda, num país profundamente desigual, e um

juiz da suprema corte, cuja categoria tem direito legal ao salário de R\$ 37,5 mil (mas boa parte recebe bem mais), não ligam para o fato de o Estado usar o cheque especial, gastar o que não tem, para dar aumento a quem ganha em um ano o que a maioria dos brasileiros não verá em uma vida de trabalho.

Vamos, então, a um argumento que sustenta a decisão. Lewandowski lembrou que dois ministros e o presidente da República defenderam o reajuste — e foi isso mesmo.

Ao ser apresentado na virada de maio para junho de 2016, esse reajuste foi recebido com imenso descontentamento pelos técnicos do Ministério da Fazenda. Os economistas convidados para ajudar o novo governo a colocar as contas em dia reclamaram que não era hora de gastar.

Espantaram-se também com insensibilidade social da manobra política arquitetada pelo PMDB. O aumento — liberado para angariar simpatia ao interino Michel Temer

durante o impeachment — foi anunciado na semana em que o IBGE divulgou que havia no país 11,4 milhões de desempregados, então um recorde.

Nos dias e até meses que se seguiram, não apenas Temer, mas os ministros Henrique Meirelles, da Fazenda, e Dyogo de Oliveira, do Planejamento, justificaram a decisão.

O reajuste ficaria abaixo da inflação. A despesa extra, avaliada em R\$ 60 bilhões, seria diluída no tempo. Era justo dar o aumento porque várias categorias estavam com salários defasados. Além do mais, Dilma já o havia prometido.

Nada no cenário, porém, se confirmou, a não ser o fato de que não havia mesmo caixa para distribuir benesses.

Com o ano no fim e a abertura da temporada de retrospectivas, talvez seja importante notar que tudo nesse reajuste diz muito sobre como o Estado opera, quais são as consequências desse modelo e que passou da hora de revê-lo.

1,5 milhão de servidores ficam sem 13º hoje

Ao menos cinco Estados não conseguem depositar o pagamento e alguns sugerem que funcionalismo faça empréstimo

Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe mal quitamos salários

MARCELO TOLEDO - DE RIBEIRÃO PRETO

Cerca de 1 milhão e meio de servidores públicos estaduais de cinco Estados não receberão nesta quinta-feira (20) o 13º salário ou terão de recorrer a empréstimos bancários para não ficarem sem o dinheiro no final de ano. Estão nesta situação ao menos Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe. O maior contingente de servidores nessa situação está em Minas Gerais, com 600 mil pessoas — 400 mil da ativa e 200 mil inativos e pensionistas.

Elas deverão saber nesta quinta-feira (21) o escalonamento do 13º, segundo a Secretaria do Planejamento. Até agora, está garantido o pagamento das forças de segurança, parcelado em duas vezes — a divisão gerou protesto de servidores na última sexta-feira (15)

— e de funcionários da rede de hospitais.

O governo de Fernando Pimentel (PT) apostou na securitização — venda de créditos que o Estado tem a receber — para obter recursos. O deficit orçamentário é de cerca de R\$ 8 bilhões. Uma possibilidade é que o pagamento ocorra em janeiro, com recursos do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Já no Rio de Janeiro, cuja folha de pagamento mensal é de cerca de R\$ 1,6 bilhão, a maioria dos 456.453 servidores, dos quais 207.192 ativos, não sabem quando receberá o 13º salário deste ano.

Nesta quarta-feira (20), com exato um ano de atraso, a Secretaria da Fazenda pagará o 13º salário de 2016 a cerca de 250 mil servidores, além dos salários do mês de outubro que estavam pendentes para uma parte dos funcionários. Segundo o Estado, o pagamento do ano passado soma R\$ 1,2 bilhão. Nesta quinta (21), receberão o 13º deste ano só os 80 mil servidores da Educação e do Degase (departamento de ações socio-educativas).

Quanto aos demais, a Fazenda informou que aguarda para até 60 dias a liberação de R\$ 900 milhões

que complementam o valor total de um empréstimo feito pelo governo para pagar as pendências da folha de pagamento. Outro Estado a enfrentar problema, o Rio Grande do Sul conseguiu só no último dia 13 quitar os salários de novembro. Para evitar problemas aos 320 mil servidores do Executivo, foi aberta a possibilidade de o funcionário fazer empréstimo consignado — com taxa de 1,42% ao mês.

Segundo a Secretaria da Fazenda, quem não aderir receberá o 13º em 2018, em 12 parcelas, também acrescida de juros de 1,42% ao mês. O governo José Ivo Sartori (PMDB) tem fechado os últimos meses com déficit médio perto de R\$ 1 bilhão. A opção do empréstimo também foi adotada em Sergipe. Para a segunda parcela do 13º, a opção oferecida foi um empréstimo no banco do Estado. Quem recusar, receberá o valor em seis parcelas, a parcela, ano que vem.

O Estado tem 41.221 funcionários. O Rio Grande do Norte só quitou a folha de outubro no último dia 13. O governador Robinson Faria (PSD) se reuniu com servidores nesta segunda (18) para discutir o salário de novembro, pago até agora só para a Educação e administração indireta. São cerca de 100 mil servidores.





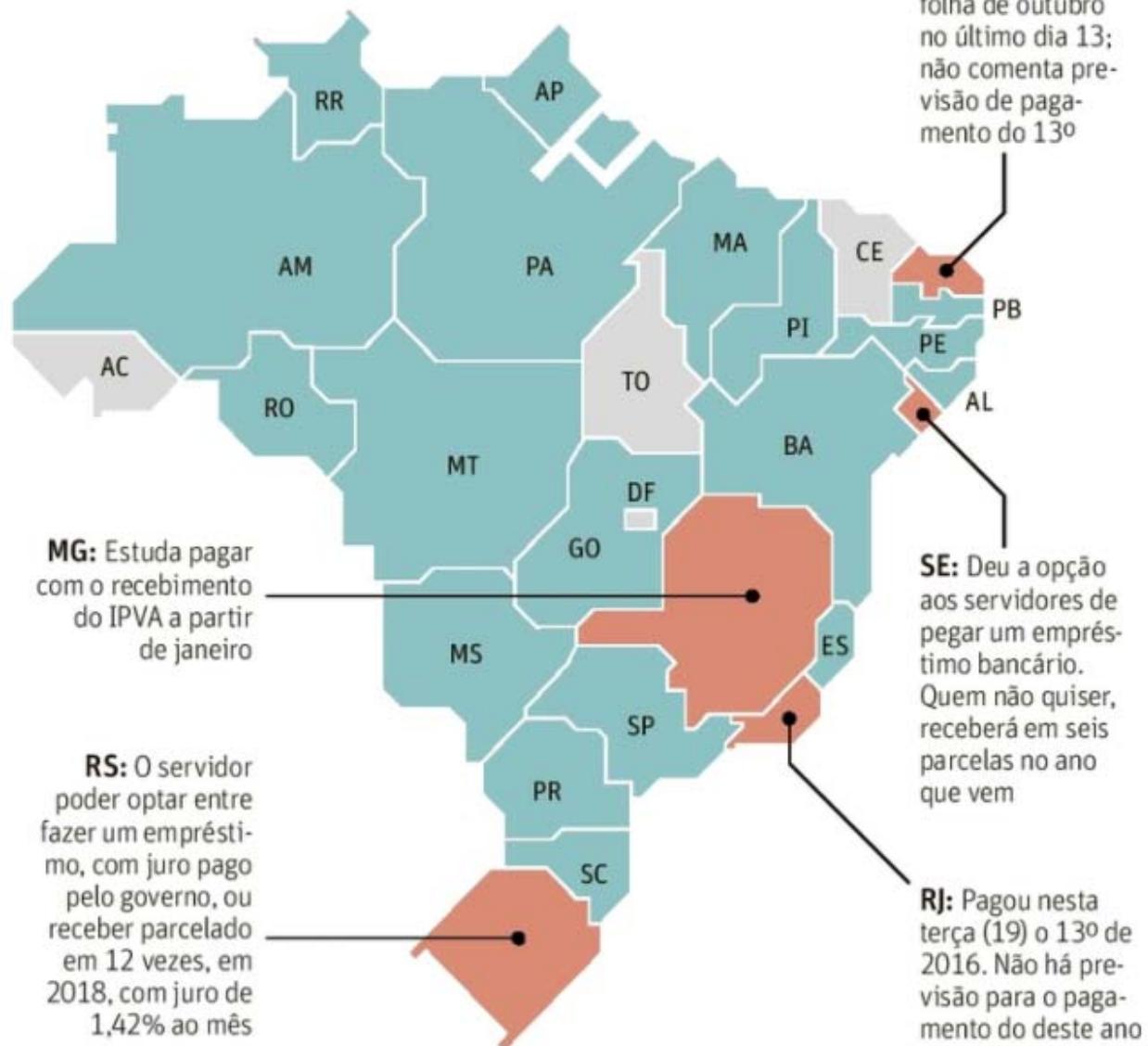
NATAL MAGRO

Servidores de Estados em crise vão passar virada sem 13º

■ Pagaram

■ Em atraso

■ Sem informação



Estados buscam saída para acordo das dívidas

MARIANA CARNEIRO - DE
BRASÍLIA

Os Estados que renegociaram suas dívidas com a União têm que confirmar até sexta-feira (22) que cumpriram os termos do acordo firmado com o Tesouro Nacional. Caso não o façam, o Ministério da Fazenda vai cobrar de volta o valor que deixou de ser pago desde o ano passado.

Afetados pela recessão e pressionados pelo aumento de gastos com a folha de pagamentos e Previdência de servidores, os Estados foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) para deixar de pagar suas dívidas com a União.

Após negociação que levou três meses, no primeiro semestre de 2016, o governo federal aceitou alongar as dívidas por 20 anos. Em troca, os Estados deveriam aprovar, nas Assembleias, o teto de gastos públicos, nos mesmos moldes do limite já implantado na União e que limita a expansão das despesas à inflação.

A três dias do fim do prazo legal, apenas cinco Estados haviam conseguido confirmar que fizeram sua parte no acordo: Paraná, Santa

Catarina, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A expectativa é que 21 Estados e do Distrito Federal apresentem ao Tesouro a comprovação de que aprovaram o teto local. São Paulo, que tem a dívida mais elevada entre os Estados (cerca de R\$ 225 bilhões), só teve a lei que cria o limite de despesas sancionada nesta terça (19) e está no grupo dos retardatários.

O ganho de curto prazo para os governadores que encerram seus mandatos em 2018 vem sendo a redução dos pagamentos de parcelas mensais à União por 18 meses. Isso abriu espaço nos Orçamentos estaduais para despesas nos últimos dois anos. São Paulo, por exemplo, reduziu de R\$ 17 bilhões para R\$ 10 bilhões o fluxo de pagamentos no ano passado.

O alívio fiscal, com a redução das parcelas, termina em julho de 2018. No ano passado, segundo a Fazenda, a União deixou de receber R\$ 19,9 bilhões dos Estados. Técnicos do governo fazem, nesta última semana, um mutirão para analisar os documentos e ratificar os acordos a tempo, mas o prazo é curto.

Arrecadação sobe 9,5% e tem melhor novembro em 3 anos

PIS/Cofins e IPI lideram altas do período; no acumulado em 11 meses, receitas com tributos têm aumento de 0,1%

Recolhimento de instituições financeiras voltou a ter contração após registrar alta por dois meses seguidos

MAELI PRADO - DE BRASÍLIA

A arrecadação federal somou R\$ 115 bilhões no mês passado, um crescimento de 9,5% em relação ao mesmo período de 2016 e o melhor desempenho para meses de novembro desde 2014.

No acumulado do ano, a alta nas receitas é de 0,13% em relação aos primeiros 11 meses do ano passado, sempre em termos reais (descontada a inflação do período).

A melhora da arrecadação é um reflexo do fim da recessão. A economia acumula alta de 0,6% nos nove primeiros meses deste ano, e o indicador de atividade medido pelo Banco Central mostrou que o

resultado de outubro também teve crescimento.

As receitas que mais cresceram em novembro foram as com IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), com alta de 15% na comparação com o mesmo período de 2016, PIS/Cofins, com crescimento de 14,1%, e Imposto de Importação, que subiu 13,4%.

"Quando olhamos os indicadores macroeconômicos de novembro, como produção industrial, venda de bens, massa salarial e valor em dólar das importações, todos cresceram", disse o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias.

A arrecadação com o novo Refis somou R\$ 5,5 bilhões no mês passado. Já a receita com IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) caiu 12,9%.

A queda foi puxada pelas entidades financeiras, caso em que o recolhimento por estimativa (quando o contribuinte estima o resultado futuro e o imposto pago

mensalmente é calculado com base nesse valor) teve queda de 41,3%. Os demais setores registraram alta de 14%.

Para Malaquias, a contração pode ser explicada por vários fatores, como desvio de comportamento dos contribuintes, interpretação incorreta da lei, cálculos de provisões que não batem com os do fisco e comportamento da carteira de crédito.

A Receita iniciou uma fiscalização dos bancos no início do segundo semestre do ano para apurar se as grandes instituições financeiras estão praticando planejamento tributário abusivo.

Após registrar alta por dois meses (agosto e setembro), o recolhimento por estimativa das entidades financeiras voltou a cair a partir de outubro. Planejamento tributário é uma estratégia não necessariamente ilegal praticada, em geral, por grandes empresas para reduzir o recolhimento de tributos.

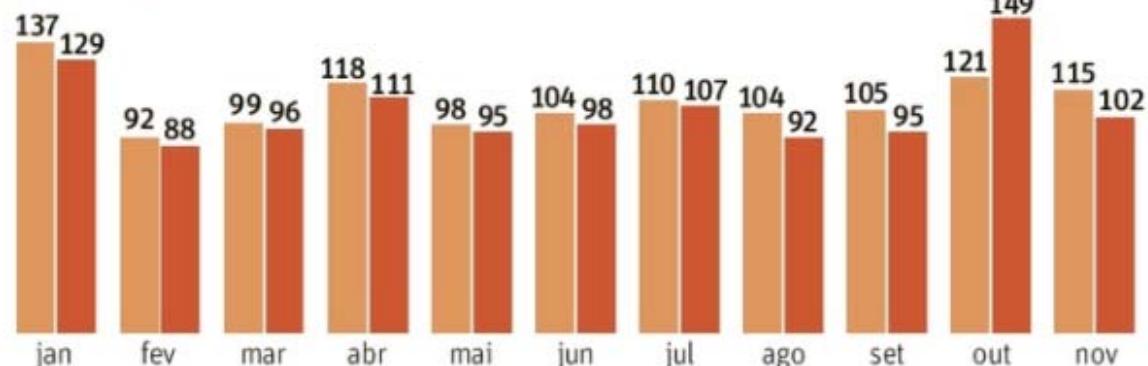




ARRECADADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

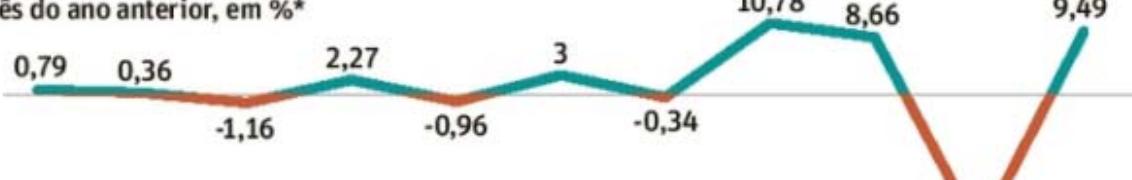
Em bilhões de R\$

■ 2017 ■ 2016



0,13%
é a variação acumulada de janeiro a novembro em relação a 2016

Variação real, em relação ao mesmo mês do ano anterior, em %*



*considera a inflação no período (IPCA)

Fonte: Receita Federal

Governo prevê corte no Orçamento de 2018

Medidas, que ainda têm de passar pelo plenário do Supremo, significam impacto de R\$ 6,6 bi aos cofres públicos em 2018

DANIEL CARVALHO
MAELI PRADO
MARIANA CARNEIRO
DE BRASÍLIA

O governo vai fazer no início do ano cortes no Orçamento de 2018 por causa da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de manter o reajuste de servidores, afirmou o ministro Dyogo Oliveira (Planejamento).

O ministro do STF Ricardo Lewandowski suspendeu na segunda (18) medida provisória que cancelava o aumento salarial dos servidores federais e determinava o aumento da alíquota da contribuição previdenciária dos funcionários públicos de 11% para 14%.

Caso a liminar seja mantida (ainda precisa ser analisada pelo plenário do Supremo), ela significará um impacto de R\$ 6,6 bilhões para os cofres públicos. A previsão do governo era de uma economia de R\$ 4,4 bilhões com a postergação do reajuste para 2019 e um aumento da arrecadação previdenciária em R\$ 2,2 bilhões.

Oliveira disse que o fato de o Legislativo terminar o ano sem aprovar matérias da pauta econômica do governo —como a tributação de fundos exclusivos— também contribuiu para a frustração de receitas e consequente necessidade de cortes.

Ele descartou aumentar impostos para incrementar a arrecadação e compensar a frustração de receitas.

“Não estamos cogitando nada disso. O que temos para o momento é um processo normal de revisão de receitas e despesas para o início do ano e dessa revisão surge o tradicional contingenciamento que a gente faz a cada





ano e que neste ano, em virtude da não aprovação dessas medidas, terá que ocorrer forçosamente”, disse.

Oliveira disse que o governo irá cumprir “fielmente” a decisão do STF e pagará aos servidores, mas vai recorrer. O ministro, no entanto, disse que não há previsão de sessão do plenário antes de janeiro de 2018.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, havia admitido que há poucas opções para contornar a decisão de Lewandowski.

Meirelles disse que a pasta está analisando a questão com a AGU (Advocacia-Geral da União). Admitiu que, por enquanto, a equipe econômica não tem um plano B para compensar o impacto.

“É uma liminar do ministro do Supremo, a AGU está verificando agora o que é possível fazer do ponto de vista jurídico”, disse Meirelles.

Para não extrapolar rombo, governo começa 2018 com corte de investimento

Orçamento. Receita prevista pela equipe econômica para 2018 pode não se concretizar, levando a um novo contingenciamento; decisão do STF de suspender o adiamento do reajuste dos servidores e o aumento da alíquota previdenciária tem impacto de R\$ 6,6 bi

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes
Eduardo Rodrigues

Sem conseguir aprovar as medidas necessárias para fechar as contas de 2018, o governo começará o ano que vem com corte nas despesas, admitiu o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. As receitas extras trazidas pela melhora da economia não devem ser suficientes para preencher o buraco deixado pelas propostas que não foram votadas pelo Congresso ou que foram suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O bloqueio no Orçamento virá depois de um ano de sufoco para os órgãos públicos, que passaram 2017 sem dinheiro e sob o risco de paralisar atividades. Como o espaço para cortes em 2018 será ainda menor, a consequência mais imediata deve ser o congelamento dos investimentos.

O Tesouro já havia advertido que seria preciso cortar R\$ 21,4 bilhões das despesas não obrigatórias (que incluem os investimentos) em 2018 caso as medidas de ajuste não fossem aprovadas. Com isso, o valor cairia para R\$ 87 bilhões – limite mínimo para manter a gestão da máquina pública. Os planos da equipe econômica para o ano que vem sofreram um revés nos últimos dias, porque receitas que eram dadas como certas não vão se concretizar.

O governo deixará de arrecadar R\$ 6 bilhões em 2018 porque o Congresso não aprovou a mudança na tributação de fundos exclusivos de investimentos. Além disso, uma decisão do STF mantém o reajuste salarial dos servidores em 2018 e a mesma alíquota de 11% da Previdência do funcionalismo (o governo queria aumentá-la para 14%).

Juntas, as duas medidas teriam um impacto de R\$ 6,6 bilhões. Há ainda o projeto que acaba com a desoneração da folha de pagamento para alguns setores, cujo projeto de lei anda a passos lentos na Câmara. “A capacidade de recompor medidas para o Orçamento de 2018 é pequena”, diz o ministro do Planejamento. “O ajuste será feito com redução de

despesa.” Ele descartou aumento de impostos.

Para uma fonte da equipe econômica, a “ficha ainda não caiu” nem para o Congresso, nem para o Judiciário em relação às restrições orçamentárias. Há irritação com a decisão do ministro Ricardo Lewandowski de conceder a liminar no último momento antes do recesso do Judiciário, sem dar tempo hábil para reagir.

Sem espaço para cortar despesas, o governo não terá outra solução a não ser que “passar” a faca nos investimentos. A equipe econômica, no entanto, não desistiu de reverter a decisão do STF. Para Oliveira, o que vale é a decisão final do plenário do STF sobre os reajustes, mesmo que o aumento seja dado antes com base na liminar.

O ministro explicou que se o Supremo decidir a favor do governo em fevereiro, quando retoma as atividades, não haveria problema em reduzir os salários dos servidores para “devolver” o reajuste em 2019”. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o governo vai avaliar medidas compensatórias, mas não adiantou quais estão em análise.

Receita cresce e governo libera R\$ 5 bi

Com alta de 9,5% na arrecadação de novembro, recursos do Orçamento que estavam bloqueados serão distribuídos entre ministérios

Adriana Fernandes
Eduardo Rodrigues
Idiana Tomazelli

O resultado positivo da arrecadação em novembro – alta de 9,5% na comparação com o mesmo mês de 2016 – abriu espaço para o governo federal liberar R\$ 5 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento deste ano. Para cumprir a meta fiscal de 2017, que impede que as despesas ultrapassem as receitas em mais de R\$ 159 bilhões, o governo fez vários bloqueios ao longo do ano.

A melhora na arrecadação, no entanto, pode permitir um “descongelamento” de parte desses recursos, o que dá um fôlego aos ministérios. A situação de 2018 é diferente porque a equipe econômica montou o Orçamento – que também prevê déficit de R\$ 159 bilhões – contando com receitas extras e economia de despesas que não foram aprovadas pelo Congresso.

Por isso, precisará bloquear as despesas logo no início do ano para não descumprir a meta fiscal.

O valor que será liberado em 2017 foi definido ontem, mas, antes do anúncio, a equipe econômica preferiu que a Receita Federal divulgasse o resultado mais favorável da arrecadação para não passar a percepção de que está gastando mais sem a contrapartida da arrecadação.

Foi o quarto mês consecutivo de crescimento real (acima da inflação) em relação ao ano passado. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a liberação de recursos na véspera do fim do ano retira também pressão do Orçamento de 2018. A expectativa até ontem à noite era de que anúncio fosse feito hoje.

Como antecipou o Estado, a ideia inicial era de uma liberação em torno de R\$ 4 bilhões, mas houve pressão dentro do governo para que a equipe aproveitasse a arrecadação maior para gastar mais até o final ao invés de reduzir o déficit previsto. Mesmo com o desbloqueio, as contas do governo devem fechar 2017 com rombo menor do que o esperado.

Os parlamentares terão mais recursos de emendas para empenhar – demanda que foi cobrada do presidente Michel Temer nas negociações para a votação da reforma da

Previdência.

Impostos.

A arrecadação de impostos e contribuições federais, que somou R\$ 115,089 bilhões em novembro, foi puxada pelo aumento real de 14,08 do PIS/Cofins, dois tributos que funcionam como um termômetro da atividade econômica. A melhora garantiu um incremento de R\$ 3,1 bilhões em relação ao que foi arrecadado em novembro do ano passado.

A melhora na arrecadação do PIS/Cofins reflete a melhora das vendas no varejo, mas também a alta nas alíquotas sobradas sobre os combustíveis. Entre janeiro e novembro deste ano, a arrecadação federal somou R\$ 1,204 trilhão, o melhor desempenho para o período desde 2015. Um avanço de 0,13% na comparação com igual período do ano passado. Para o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, a arrecadação refletiu o comportamento da atividade econômica nos últimos meses.

“Tivemos um desempenho excepcional da atividade industrial. Houve aumento nas vendas de bens e na massa salarial, além do crescimento do valor das importações”, afirmou.



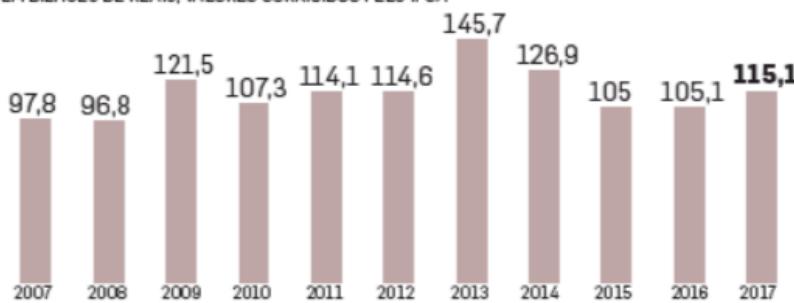


RECUPERAÇÃO

- Arrecadação de novembro tem alta de 9,49% em relação a 2016

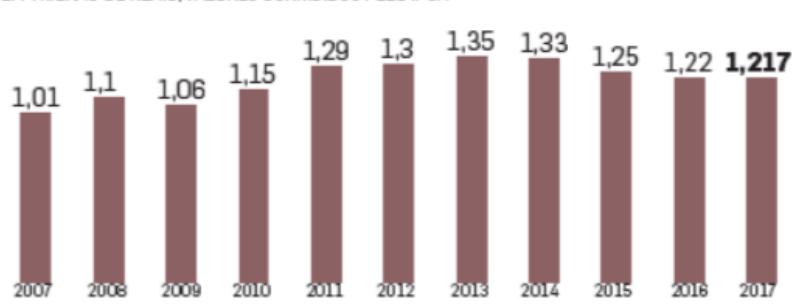
Em novembro de cada ano

EM BILHÕES DE REAIS, VALORES CORRIDOS PELO IPCA



De janeiro a novembro

EM TRILHÃO DE REAIS, VALORES CORRIDOS PELO IPCA



FONTE: RECEITA FEDERAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

PRESTE ATENÇÃO

1. Estratégia. Arrecadação tem o quarto mês seguido de crescimento e o anúncio foi feito antes de o governo informar o desbloqueio de despesas. Objetivo era não passar a impressão de que estava gastando sem a contrapartida de receitas.

2. Carro-chefe. O avanço da arrecadação de impostos e contribuições federais foi puxada pelo aumento real de 14,08% do PIS/Cofins, tributos que funcionam como termômetro da atividade econômica.

3. Controle. A Receita Federal destacou as ações especiais de fiscalização e cobrança desencadeadas pelo órgão focadas nos maiores contribuintes.

Governo diz não apoiar nova regra para servidor

Igor Gadelha

O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, afirmou ontem que o governo não tem compromisso de apoiar nova regra para servidores públicos que entraram antes de 2003 a se aposentarem com direito à integralidade (receber o último salário como aposentadoria) e paridade (ter direito ao mesmo reajuste dos funcionários da ativa). “O governo não tem compromisso com alteração alguma.

Claro que a gente vive numa democracia, vamos escutar. Mas não há qualquer compromisso”, afirmou, após almoço com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Caetano disse que vem observando um clima melhor entre os deputados para aprovar a matéria na Câmara em 2018.

Afirmou que parlamentares estão convencidos sobre a

existência do déficit da Previdência e sobre a necessidade da reforma. Pelo texto aprovado na comissão especial da Câmara, em maio, servidores que ingressaram até 2003 deverão cumprir idade mínima de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) para se aposentarem com direito a integralidade e paridade.

Com a crítica dos servidores, que detêm relevante poder de mobilização no Congresso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), passou a negociar com o funcionalismo uma regra de transição.

Votação.

Caetano disse que não trabalha com cenário de não votação da reforma em 2018. Mas, se ocorrer, forçará o governo que assumir a Presidência em 2019 a debater a questão no primeiro ano de mandato. Relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA)

disse que há crescimento “cada vez maior” no número de parlamentares que se sentem confortáveis para votar favoravelmente à proposta.

Na avaliação dele, esse sentimento pode levar à aprovação da matéria, mesmo que depois de 19 de fevereiro, data marcada para o início da votação no plenário da Casa. Ele disse ser contra mudanças no texto já aprovado na comissão especial para alterar regras de aposentadorias dos servidores. “Sou contra essa flexibilização. Francamente, não acho que essa modificação vá trazer importante contribuição para aprovação da reforma.”

Segundo ele, o novo texto, ainda não apresentado oficialmente, retirou menções à mudança nas regras para trabalhadores rurais. “O conceito já está definido: qualquer trabalhador rural de acordo com a Constituição não constará no texto.”

Tesouro gasta R\$ 122 bi com estatais em 5 anos

Desembolsos são maiores do que o retorno de R\$ 89,3 bilhões, com juros e dividendos, no período; conta chegou a R\$ 13,35 bilhões no ano passado

O Tesouro Nacional bancou R\$ 122,3 bilhões em custos com as estatais federais entre 2012 e 2016, mas só obteve um retorno de R\$ 89,3 bilhões em juros ou dividendos ao longo desses cinco anos – o equivalente a 73% dos gastos. Boa parte do gasto foi direcionado às estatais dependentes, aquelas que não têm receitas próprias para bancar as despesas correntes e precisam do Tesouro.

As chamadas subvenções somaram R\$ 49,1 bilhões no período. O crescimento dessa conta foi contínuo até chegar a R\$ 13,35 bilhões só no ano passado com essas empresas. As empresas estatais dependentes são aquelas que têm custos bancados com recursos do Orçamento Federal.

O que o boletim mostra é que esse socorro cresceu ano a ano desde 2012, até atingir recorde no ano passado, justamente em meio à crise fiscal e à necessidade crescente de o governo se endividar para bancar seus próprios déficits.

O governo enviou ao

Congresso Nacional recentemente um projeto de lei para criar um programa de recuperação e melhora empresarial para evitar que mais estatais federais passem a depender de recursos públicos para se manter.

As empresas vão ter indicadores econômicos e financeiros monitorados para que seja possível aplicar medidas prévias, que evitem a piora da situação das companhias. “É uma espécie de ‘recuperação judicial’ das estatais”, comparou o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Ribeiro Soares, em entrevista ao Estadão/Broadcast no início de dezembro.

Controle.

A União controla 16 estatais dependentes de forma direta e outras duas de forma indireta, por meio de uma autarquia. Entre 2012 e 2016, essas empresas, que atuam em diferentes setores, receberam R\$ 49,1 bilhões em subvenções do Tesouro no total.

A empresa que mais recebeu recursos nesse período foi a Embrapa (R\$ 12,6 bilhões), seguida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

(EBSERH), que recebeu R\$ 5,5 bilhões; e pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), que contou com R\$ 4,6 bilhões de subvenção. No conjunto de todas as estatais (não só as dependentes), o governo tem tido um custo muito maior do que o retorno (sobretudo em dividendos).

Entre 2012 e 2016, apenas em um ano essa relação foi positiva, maior que 1 (1,36 em 2014). Em todos os outros anos, a relação ficou abaixo de 1, o que indica dispêndios superiores aos retornos obtidos. No ano passado, foi o pior ano da relação retorno x custo. Ficou em 0,20. Ou seja, a cada R\$ 5 gastos, apenas R\$ 1 real retornou ao Tesouro.

“Essa evolução está associada, no período entre 2012 e 2016, ao aumento continuado dos gastos com subvenção e à queda das receitas com dividendos”, afirma o boletim. A conta mais ampla de custos inclui não só as subvenções para as estatais dependentes, mas também a injeção de capital por meio de instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCDs) e de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs).

“Cabe ressaltar que a melhoria do desempenho das empresas em 2017 aponta para a elevação da





estimativa de receitas com dividendos, ainda que não o suficiente para superar as despesas com subvenções, as quais continuam se mantendo em patamares bastante elevados”, diz o documento.

Situação de Correios e Infraero preocupa

Correios e Infraero são estatais não dependentes, mas correm o risco de passar a depender do Tesouro Nacional para sustentar suas operações. O boletim do Tesouro não menciona diretamente essa possibilidade, mas reconhece que a situação financeira dessas empresas é difícil.

Ambas têm tido prejuízos seguidos desde 2013. O governo criou um grupo de trabalho para discutir a situação dos Correios no ano passado. Segundo o boletim, estão sendo adotadas medidas de saneamento da Infraero, que já refletiram na redução do prejuízo no ano passado.

DESAFIOS PARA 2018 »

Foco na retomada econômica



Autoridades da área econômica, empresários, dirigentes setoriais e economistas-chefes de instituições financeiras discutiram as perspectivas para 2018

Em debate na sede do Correio, especialistas afirmam que ajuste fiscal e eleições presidenciais serão decisivos para o crescimento da economia

SIMONE KAFRUNI

As perspectivas para 2018 são positivas e os mais otimistas apostam em expansão de até 4% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano. Para que a retomada da atividade econômica se confirme, no entanto, o país tem dois grandes desafios pela frente: o ajuste fiscal, que depende da reforma da Previdência, e as eleições presidenciais. Puxado pelo aumento do consumo, o crescimento da economia ainda precisa do impulso de mais investimentos para conquistar perenidade.

Mas o Brasil está no caminho certo, aponta o cenário econômico desenhado durante o Correio Debate: Desafios para 2018, que reuniu ontem os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Planejamento, Dyogo Oliveira, o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, economistas-chefes de importantes instituições financeiras e dirigentes setoriais.

Para o presidente do BC, que abriu o evento, 2018 terá inflação controlada e nova queda na taxa de juros Selic, hoje em 7% ao ano, possivelmente em fevereiro. Entretanto, Ilan alertou que a redução depende da manutenção das condições macroeconômicas. “A recuperação do consumo ajudou a economia de forma significativa, mas o cenário benigno não vai ficar para sempre. É necessário continuar

trabalhando nas reformas e nos ajustes para que o PIB cresça 2,6% em 2018”, avaliou (leia mais abaixo).

O ministro do Planejamento é mais otimista. Oliveira espera expansão do PIB na casa dos 3% em 2018. “Essa trajetória ‘brilhante’ para a economia está condicionada à aprovação das reformas, em especial, a da Previdência. Se elas avançarem, teremos um crescimento adicional”, disse. “O crescimento será lento, mas de longa duração”, projetou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Para ele, a economia vai entrar 2018 em um ritmo de expansão anualizada de 4%, “excluindo as exportações e a variação do estoque doméstico”.

No entender dos economistas, o cenário eleitoral e o quadro fiscal conferem risco às projeções otimistas dos integrantes do governo. A situação das contas públicas é grave, ressaltou Tony Volpon, economista-chefe do UBS. “Deve demorar 10 anos para o país restabelecer um equilíbrio fiscal duradouro. Temos que aproveitar a janela do ambiente externo favorável, que não vai durar para sempre”, alertou.

Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, assinalou a importância das eleições para a continuidade da recuperação econômica do país. “O Brasil não pode se dar o luxo de ter um





“presidente medíocre”, sentenciou. O eleito, acrescentou a especialista, não terá lua de mel em 2019. “Ou avança nas reformas ou teremos uma reviravolta”, disse.

Recuperação

O aumento do consumo, apesar de ter sido responsável por tirar o país da recessão, não será suficiente para garantir um crescimento sustentável, destacaram os especialistas. A economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara, lembrou que o país, historicamente, tem uma taxa muito baixa de investimento. “Como estamos ainda com níveis de utilização da capacidade relativamente baixos, provavelmente a retomada dos investimentos não será suficiente para determinar um PIB mais alto no ano que vem. Mas há uma recuperação provocada pelas concessões e privatizações”, analisou.

Os dirigentes das confederações da indústria, comércio, serviços, construção civil e agropecuária também avaliaram o cenário para 2018. Flávio Castelo Branco, gerente de Política Econômica da

Confederação Nacional da Indústria (CNI), ressaltou que os investimentos do setor privado só vão deslanchar quando o ambiente favorável de negócios se consolidar, o que pode ficar para depois das eleições. O chefe da divisão econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, lembrou que foram medidas pontuais, como a liberação das contas inativas do FGTS. “Isso permitiu às famílias equacionarem o endividamento, aumentando o consumo, que puxou a retomada.”

O presidente do Correio Braziliense, Álvaro Teixeira da Costa, encerrou o debate elogiando a agenda reformista do governo, que em pouco tempo conseguiu equacionar os principais problemas da economia nacional, trazendo o crescimento de volta. “Sempre fui contra reeleição, mas achava que um mandato de seis anos seria adequado. Hoje discordo, acho que dois anos e meio são ideais, a julgar pelo que fizeram Itamar Franco e Michel Temer”, comentou. “Há luz no fim do túnel e precisamos regar com carinho esse otimismo”, completou.

Inflação controlada e nova queda de juros

ANTONIO TEMÓTEO
AZELMA RODRIGUES
Especial para o Correio



“Os riscos são de os ajustes e reformas não continuarem, combinado com uma piora do ambiente internacional” **Ilan Goldfajn**, presidente do Banco Central

O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, voltou a destacar que o processo de queda de juros e da inflação só foi possível após uma mudança de direção da política econômica e uma atuação firme da autoridade monetária, que não se deixou influenciar pelas pressões de empresários e de parte do mercado. Ilan foi um dos palestrantes do seminário Correio Debate – Desafios para 2018, organizado pelo Correio Braziliense.

Conforme Ilan, no ano passado, o BC tomou a decisão de levar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2017 para o centro da meta, de 4,5%, e esperou a ancoragem das expectativas antes

de começar a reduzir os juros. “Fizemos isso, e não o contrário. Acreditamos que isso levou, em parte, à queda da inflação”, destacou.

Para 2018, o chefe da autoridade monetária afirmou que as perspectivas são de inflação controlada, crescimento da economia e, possivelmente, uma nova queda de juros em fevereiro. Entretanto, o presidente do BC alertou que a redução da taxa depende da manutenção das condições macroeconômicas. “Os riscos são de os ajustes e reformas não continuarem, combinados com uma piora do ambiente internacional”, disse.

O presidente do BC também voltou a alertar que o avanço das reformas, sobretudo a da Previdência, é fundamental porque as condições externas não devem continuar tão favoráveis no futuro. “Nesse sentido, quero ressaltar que a continuidade dos ajustes e das reformas, em particular a reforma da Previdência, é importante para o equilíbrio da economia, com as consequências favoráveis para a desinflação, a queda da taxa de juros estrutural e a recuperação sustentável da economia brasileira”, comentou.

Outra questão que influenciou positivamente a economia neste ano foram os avanços da agenda governamental. “Reforma trabalhista e o teto de gastos ajudaram a

reerguer a economia”, explicou o presidente do BC. O avanço na agenda do próprio Banco Central também contribuiu para a melhora. “O ano nos permitiu ter maior estabilidade e regularidade de conduta, e isso nos permitiu maior concorrência”, afirmou. “Nós atuamos também nos produtos caros para o consumidor, como, por exemplo, o crédito do rotativo no cartão. Permitimos também o desconto e limitamos o rotativo a 30 dias”, acrescentou.

Recuperação

A recuperação econômica, na avaliação de Ilan, está mais robusta e pulverizada entre os vários setores da economia. Para ele, a atividade se recupera diante da maior demanda na economia e pela safra agrícola. Ele ressaltou que a queda da inflação tem permitido a recuperação do poder de compra das famílias, o que está diretamente ligado à retomada da atividade nos últimos meses.

Com a retomada mais vigorosa, até o investimento começa a se recuperar. Esse foi um item bastante destacado por Ilan no discurso. Com essa reação, outros fatores reagem, como o emprego. Apesar da recuperação, ele reconhece que o mercado de trabalho ainda está longe do ideal. “Desemprego já teve queda importante, mas continua elevado, e não há sensação de satisfação como gostaríamos”, disse. “Queremos





acreditar que parte dessa recuperação é resultado do trabalho do BC.”

Para 2018, o presidente do BC prevê diversos desafios. “O ano que vem devemos fazer o dever de casa. Estamos trabalhando para criar o Comitê de Estabilidade Financeira e também estamos planejando avançar no relacionamento entre o Banco Central e o Tesouro” projetou Ilan. “Outro projeto do Banco Central é a duplicata eletrônica, em que todos os processos vão começar e acabar em meio eletrônico”, acrescentou.

4,5%

Centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central

Alíquotas reduzidas

O BC, por meio da Circular nº 3.867, reduziu as alíquotas dos recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista e a prazo. A medida, que faz parte do programa Agenda BC+, liberará R\$ 6,5 bilhões de recursos depositados que podem ser ofertados para os consumidores por meio de linhas de crédito. Conforme a autoridade monetária, a decisão segue as políticas de simplificação do recolhimento compulsório e de redução gradual da complexidade operacional existente, visando reduzir os custos para as instituições financeiras e, consequentemente, o valor das operações de crédito. A alíquota do recolhimento sobre recursos à vista passa de 45% para 40%, e a incidente sobre recursos a prazo, de 36% para 34%.

Os depósitos compulsórios são os recursos que os bancos têm de deixar parados na autoridade

monetária, sem poder utilizá-los. A medida começa a produzir efeitos práticos entre 26 de dezembro e 12 de janeiro. A liberação de recursos, porém, corresponde a um valor muito pequeno dos depósitos compulsórios dos bancos, que somavam R\$ 484 bilhões em 8 de dezembro, segundo dados da autoridade monetária.

Os depósitos compulsórios são um dos itens apontados por instituições financeiras para o alto custo do crédito bancário no Brasil, ao lado de tributos cobrados e da taxa de inadimplência, entre outros. E é um dos componentes do chamado “spread bancário”, a diferença entre o custo de captação, ou seja, quanto os bancos pagam pelos recursos, e quanto as instituições cobram de seus clientes bancários. O spread bancário no Brasil é um dos mais altos do mundo. (AT)

DESAFIOS PARA 2018 »

Confiança na reforma da Previdência

Meirelles avalia que adiamento da votação da PEC para fevereiro ajudará a diminuir a resistência da base aliada e da população

ROSANA HESSEL



A reforma da Previdência é sempre controversa em qualquer país. Haja vista a aprovação da reforma da Argentina, no meio de uma greve geral. Na Alemanha, também foi assim%u201D Henrique Meirelles, ministro da Fazenda

Apesar do adiamento da votação da reforma da Previdência para 19 de fevereiro de 2018, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, continua otimista e acredita que esse prazo adicional é positivo porque dá chances ao governo de dialogar mais para conquistar a adesão da base aliada para a aprovação da mudança do sistema de aposentadorias. O ministro reconheceu que o tema é polêmico e que ele precisa ser debatido melhor a fim de reduzir a resistência tanto de parlamentares quanto da população.

“A reforma da Previdência é

sempre controversa em qualquer país. Haja vista a aprovação da reforma da Argentina, no meio de uma greve geral. Na Alemanha, também foi assim”, destacou Meirelles, ontem, durante o seminário Correio Debate: Desafios para 2018, realizado na sede do jornal. Para ele, o fato de os deputados voltarem às bases eleitorais será importante para melhorar a forma de abordagem sobre o tema. “Se a questão for apresentada corretamente, mostrando que a Previdência ficará mais igualitária e que vai garantir o direito de todos os brasileiros receberem suas aposentadorias”, completou.

Meirelles reforçou que a reforma previdenciária é importante para evitar um colapso nas contas públicas, que estão no vermelho, e o comprometimento do pagamento dos benefícios. Ele destacou que, ao longo das últimas décadas, as despesas evoluíram tanto que apenas o teto de gastos, aprovado no ano passado, não será suficiente para conter essa trajetória. De acordo com o ministro, em 1991, os gastos primários do governo federal representavam 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB), desde então, cresceram “sistematicamente” e, em 2016, chegaram a 19,9% do PIB, ou seja, dobraram em 25 anos. E, pelas projeções de Meirelles, sem as reformas, esse percentual chegará a 25,4% do PIB em 2025.

No entanto, com a reforma da Previdência e o teto de gastos, esse percentual ficará em 15,5% do PIB no mesmo intervalo. Essa diferença de quase 10 pontos percentuais, segundo ele, será importante para a retomada do superávit primário. “Gerar saldos primários elevados com o país crescendo é um excelente problema para termos. Isso significa sim que poderemos fazer uma revisão da carga tributária para valer”, disse ele, lembrando que o peso dos impostos no Brasil é o maior entre os emergentes.

Meirelles aproveitou o evento para mostrar como o fato de os brasileiros se aposentarem cedo, “no ápice da capacidade de trabalho”, gera um custo enorme para a sociedade. Ele comparou a idade média de aposentadoria entre homens do Brasil com a dos demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Aqui, essa taxa é de 59,4 anos e só não é menor do que a de Luxemburgo. No México, um país com condições sociais parecidas com as brasileiras, fica em 72 anos, o que mostra que algo realmente está errado e acaba prejudicando a capacidade de o país crescer mais. “Hoje, a Previdência é 50% do PIB e quase 55% do Orçamento. A reforma é uma necessidade para não haver um problema grave no futuro, porque não haverá recurso para a saúde, segurança, emendas parlamentares, nada”, alertou.





Servidores

Após sua apresentação, Meirelles disse a jornalistas que está discutindo com a Advocacia-Geral da União (AGU) quais medidas poderão ser tomadas após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski de suspender a medida provisória que adiava os reajustes dos servidores em 2018 para o ano seguinte. “A AGU está estudando isso e vendo o que vai ser feito. E, a partir daí, vamos analisar se vamos fazer uma medida compensatória ou não. Isso deverá ser analisado nos próximos dias”, afirmou. “Se houver a necessidade de medidas compensatórias, estudaremos isso”, emendou.

Fontes do governo, no entanto, demonstram preocupação com a necessidade de contingenciamento de R\$ 11 bilhões a partir de janeiro para evitar um estouro no teto dos gastos. Amanhã (quinta-feira), o ministro participará de várias reuniões com agências de classificação de risco e não descarta a possibilidade de um novo rebaixamento do país antes da votação da reforma da Previdência.

"Melhor posição na economia desde 2010"

ALESSANDRA AZEVEDO

O “dragão da inflação” foi domado e o crescimento econômico por volta de 3% no ano que vem está “mais ou menos contratado”, afirmou ontem o economista-chefe da UBS do Brasil, Tony Volpon, que, até o ano passado, ocupou o cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, no seminário Correio Debate: Desafios para 2018.

Para Volpon, que aposta em um crescimento de 3,1% no próximo ano, os problemas inflacionários do Brasil foram resolvidos por agora, mas o país ainda precisa se manter alerta, continuar o ajuste fiscal, com destaque para a reforma da Previdência, e, assim, inverter a caminhada para baixo na “escadinha das notas das agências (de classificação de risco)”.

No que diz respeito a crescimento, inflação e ambiente externo, Volpon acredita que “é a melhor posição que a economia brasileira esteve desde 2010” —

ressaltando que, há sete anos, o desempenho “foi mágico, porém insustentável”. A “má notícia”, na visão do economista, é a situação das contas públicas. A reforma da Previdência ter sido adiada para fevereiro, o que dificulta a aprovação da matéria, pode levar as agências a “puxarem o gatilho” e rebaixarem a nota de crédito do Brasil. “Não sei se isso acontecerá antes da tentativa do governo de colocá-la em votação, em fevereiro”, ponderou.

O importante, ressaltou Volpon, é focar no “ajuste gradual” que tem sido proposto. Nas contas dele, vai demorar 10 anos para se restabelecer o equilíbrio fiscal duradouro no país. O ajuste menos drástico que em outros países é um “luxo” explicado pelo fato de que o ambiente externo ainda está muito favorável, segundo o economista. Isso, no entanto, não vai durar para sempre. “A janela que teremos para consolidar esse ajuste é pequena”, alertou. “Espero que a gente não tenha que enfrentar outra crise para a ficha cair, que esse ajuste precisa ser feito.”

Sem espaço para "salvador da pátria"

VERA BATISTA

O ano da verdade é 2019 e a questão fiscal é o grande desafio para o país. Para resolvê-la, a reforma da Previdência tem que estar no topo das prioridades. Mas, para que ela entre na agenda, é fundamental que o escolhido para a presidência da República tenha a capacidade de aglutinar as divergentes forças políticas. “O Brasil não pode se dar o luxo de ter um presidente medíocre. O tamanho do desafio é enorme”, enfatizou Zeina Latif, economista-chefe da Corretora XP Investimentos, durante o seminário *Correio Debate: Desafios para 2018*.

Para ela, o grande perigo é que 2019 se assemelhe a 2015, quando o mercado se ressentiu da falta de um projeto de ajuste fiscal e o país perdeu o grau de investimento. “Não vai ter lua de mel em 2019. O próximo presidente vai ter que dizer rapidinho a que veio. Ou avança com as reformas, ou a gente pode ter uma reviravolta muito forte.” Nesse

quadro, não há mais espaço para “salvador da pátria”, sem disposição para desagradar um pouco a todo mundo.

A economista-chefe da XP Investimentos fez uma severa crítica a grupos que não abrem mão de privilégios. “A decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), de impedir o adiamento do pagamento dos reajustes para 2019 e a elevação da alíquota previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%, foi um tremendo equívoco”, analisou.

Apesar disso, boas surpresas nos aguardam em 2018. “Todas as vezes que o Brasil segue o manual, não inventa, a capacidade de reação da economia é muito forte”, comemorou Zeina. E não foi por acaso. “A queda da inflação não aconteceu porque a recessão era enorme. É importante entender que essa volta da economia é, sim, fruto de acerto de política econômica”, salientou. O Brasil contará também com a ajuda do comportamento benigno do cenário

internacional. Com o novo ciclo de crescimento mundial, não há razão para apertos monetários lá fora.

“A expectativa é de relativa estabilidade da taxa de câmbio, o que já é uma tremenda ajuda para um Banco Central, porque tira o componente de pressão potencial, mesmo em ano eleitoral”, destacou Zeina. O que faltou mesmo em 2017, insistiu, foi a reforma da Previdência. “Isso pode trazer riscos? Pode. No curto prazo, inclusive. Mas, hoje, não parece que é algo iminente para 2018”, reforçou.

Analogia

Zeina Latif fez uma analogia entre o teto dos gastos, que acaba de ser controlado por uma proposta do governo por 20 anos, com uma cinta para controlar a barriga. “Não é isso que vai fazer o sujeito perder peso, mas certamente vai fazer com que ele pense em rever seus hábitos. A regra do teto é isso, uma cinta. Que vai forçar a gente a rever esses hábitos de gastar mais do que arrecada.”

Perspectiva bem melhor

DEBORAH FORTUNA
Especial para o Correio

Com uma retomada de crescimento econômico surpreendente neste ano, 2018 se inicia com uma perspectiva melhor ainda. É isso o que afirma a economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara, que participou ontem do seminário Correio Debate: Desafios para 2018. Mesmo com as oscilações do cenário político-eleitoral e da incerteza a respeito da aprovação da reforma da Previdência, outros pontos da agenda já foram realizados e garantiram melhorias na economia.

“A gente já tem uma parte feita, como é a reforma trabalhista, regras mais rígidas para seguro-desemprego, teto de gastos. A gente fica muito olhando para a questão da Previdência. E ela é importante e indispensável, mas a gente tem que lembrar que uma parte da agenda já está em curso”, afirmou a economista. Apesar de não acreditar em uma aprovação da reforma da Previdência em fevereiro de 2018,

Zara afirma que “qualquer um que ocupe a cadeira do Planalto” saberá que é necessário realizar políticas de contenção de gastos. “Apesar de não ser urgente em um sentido que poderia quebrar 2018, se não fizeram agora, vão ter que fazer em 2019. E aí (o texto) será mais duro que agora. Deixar pra frente significa um ajuste mais drástico”, completou.

De acordo com Zara, o cenário em 2018 está “mais ou menos encaminhado” graças à mudança da política econômica. Com isso, foi possível retomar a austeridade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante. Paralelo a isso está o aumento do consumo das famílias — que continua sendo importante no ano que vem —, queda na taxa de juros e uma recuperação forte de concessão de crédito, o que pode “puxar” o Produto Interno Bruto (PIB). “É a hora de a gente começar a mexer tudo isso, estamos em um momento historicamente favorável, com mercado internacional ajudando bastante. A gente tem que aproveitar essa janela para, de fato, tentar trazer um crescimento de longo prazo maior para a economia brasileira”, concluiu.

DESAFIOS PARA 2018 »

Cenário depende de controle das contas



“A gente já tem observado, nos últimos dias, o início dessa reversão à medida que a reforma da Previdência, principalmente, não foi aprovada ainda no Congresso Nacional. Colocou as coisas um pouco em compasso de espera” **Dyogo Oliveira**, ministro do Planejamento

Ministro Dyogo Oliveira vê ameaças à reação econômica no ano que vem se ações, como a reforma da Previdência, não forem implementadas

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

O cenário de 2018 pode ser positivo do ponto de vista de inflação baixa, taxa de juros no menor nível da história e crescimento de 3% na atividade econômica, mas tudo corre o risco de desabar se não houver política de controle das contas públicas. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira,

afirmou, durante o seminário Correio Debate: Desafios para 2018, que o futuro do país é “condicional” do ponto de vista de medidas que assegurem o ciclo de expansão sustentável. “Sem cair no precipício ali na frente”, apontou, durante sua apresentação.

De acordo com ele, a reforma da Previdência é uma das ações que precisam ser implementadas. Ela está pautada para ser votada na Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro, mas enfrenta forte resistência de parlamentares, já que 2018 é ano eleitoral, historicamente difícil na aprovação de projetos considerados polêmicos.

O governo não conseguiu aprovar o texto em 2017 por falta de votos. São necessários 308 deputados favoráveis à proposta em dois turnos para que a reforma passe na Câmara. Além disso, as mudanças previdenciárias precisam ser avaliadas pelo Senado em dois dias de votação.

Dyogo Oliveira alertou sobre o risco de que o cenário positivo econômico de 2018 possa ser revertido de uma maneira muito rápida. “A gente já tem observado, nos últimos dias, o início dessa reversão na medida que a reforma da Previdência, principalmente, não foi aprovada ainda no Congresso Nacional. Colocou as coisas um pouco em compasso de espera”, alegou.

Apesar disso, o ministro apontou que há um cenário positivo. Na avaliação dele, resultado das medidas adotadas pelo governo, além da credibilidade da equipe econômica. “As pessoas estão acreditando na política econômica e isso está afetando o preço dos ativos no mercado financeiro. Isso é muito positivo e é o resultado de todo um trabalho de coordenação da equipe”, avaliou.

Reajuste mantido

Outro ponto que preocupa o governo são as medidas provisórias que diminuem os gastos e aumentam a arrecadação em 2018. Entre elas





está a que adia o reajuste salarial dos servidores públicos para 2019. Na última segunda-feira, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou a ação do governo de forma liminar, alegando que seria inconstitucional.

Depois do evento, Dyogo Oliveira disse, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que a Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão. De acordo com ele, como não há mais tempo para recurso, o governo vai pagar o aumento salarial em janeiro e, caso consiga reverter a liminar, descontará o que foi pago posteriormente.

Com a decisão, o Orçamento de 2018 será impactado negativamente, já que o governo não estava prevendo esses gastos. “O ajuste será feito obrigatoriamente, uma vez que não estamos colocando nenhuma questão a respeito da meta fiscal de 2018 (de R\$ 159 bilhões)”, afirmou.

Construção civil amarga perda de empregos

SIMONE KAFRUNI



Valadão: A construção não teve resultados positivos em 2017

Importante setor para os investimentos e a geração de emprego, a indústria da construção civil não apresenta resultados positivos e acumula queda de 6% em 2017. Nos últimos quatro anos, o recuo chegou a 22% e a retração representou a perda de 1 milhão de trabalhadores. Apesar dos números negativos, a queda nos juros acende uma esperança de reação, ainda que tímida, para 2018, na avaliação do vice-presidente administrativo da Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC), Adalberto Cleber Valadão.

“O país começa a sair de uma crise sem precedentes. O ano que vem é eleitoral. Temos de provocar o debate. Mas, apesar de diversos setores já estarem apresentando resultados positivos em 2017, não é o caso da construção civil”, lamentou. Dividido em obras públicas e incorporação, o setor se ressente do ritmo extremamente reduzido de investimento do governo em infraestrutura e também da restrição de crédito para o mercado imobiliário.

“A construção, que já gerou mais de 3,5 milhões de empregos diretos e 12 milhões de indiretos, perdeu 1 milhão de trabalhadores desde 2012. O emprego voltou a crescer, mas de forma muito lenta: apenas 1%. Portanto, a situação não é boa”, afirmou Valadão.

Segundo ele, o ramo das incorporações está quase estagnado, com alguns sinais de recuperação apenas nas faixas do Minha Casa Minha Vida. “Precisamos de crédito. E é um momento de reestruturação

de programas. A Caixa não está liberando nada para ninguém. Esperamos que, no ano que vem, volte a financiar para deixarmos a crise para trás em 2018”, projetou.

O setor elenca como primordial a segurança jurídica e o respeito aos contratos para que volte a crescer. “Os distratos foram motivo de diversas empresas entrarem em recuperação judicial. A lei trata o contrato de compra e venda irrevogável, mas a Justiça, não. Na hora da entrega da obra, metade das vendas caíram com distratos nos últimos anos. Esse problema é muito grave”, ressaltou.

A CBIC tem levado propostas para solucionar a questão, que quase foi resolvida por uma medida provisória. “O governo recuou. Esperamos que isso volte a andar no início do próximo ano”, disse. Para a indústria da construção, a burocracia e a demora no licenciamento ambiental representam 12% do custo do preço do imóvel, explicou Valadão.

Foco na produtividade



Castelo Branco: Consumo não pode ser motor de crescimento

A reação do consumo foi fundamental para a recuperação da indústria, que cresce 3% depois de anos de retração. No entanto, para manter a expansão de forma sustentável, o setor precisa focar em aumento da produtividade, e o país, consolidar o ambiente favorável de negócios para impulsionar o investimento privado. As considerações foram feitas ontem pelo gerente de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, no Correio Debate: Desafios para 2018.

“A indústria cresce 3%, infelizmente, sem a companhia da construção civil, porque o consumo

reagiu. Mas ele não pode ser o motor de um novo ciclo de crescimento. O investimento, sim, deve alavancar a economia”, disse. No entanto, para Castelo Branco, as contas fiscais estão complicadas e perturbam o atual ambiente de calmaria. “A reforma da Previdência é necessária. Nem que seja alguma parcela dela no início de 2018. Se não for suficiente, depois poderá ser complementada”, opinou.

O gerente da CNI ressaltou que o país precisa de mais segurança jurídica e de uma regulação flexível e inteligente na questão ambiental. “A burocracia precisa ser reduzida, porque representa custo e prejudica a rentabilidade das empresas. E precisamos de investimento privado”, destacou.

O especialista ressaltou que a redução da taxa de juros ajuda, porque os grandes aplicadores vão ter de buscar em projetos produtivos privados uma rentabilidade maior do que as dos títulos públicos. “Tivemos uma década perdida, mas a crise fez com que as empresas buscassem eficiência, houve uma retomada da produtividade, que é fundamental para o setor industrial”, frisou. (SK)

DESAFIOS PARA 2018 »

Expectativa é de consumo em alta

Diretor da CNC diz que queda vertiginosa da inflação deu mais poder de compra às famílias e prevê que vendas no varejo subirão 3,7% neste ano e ao menos 4,5% em 2018

» RODOLFO COSTA

O consumo das famílias vai manter a trajetória de retomada no ano que vem e beneficiará diretamente o setor terciário da economia. É o que sustenta o chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes. Ontem, no Correio Debate: Desafios para 2018, ele previu que as vendas no varejo subirão 3,7% neste ano, e algo entre 4,5% e 5%, no próximo. “É um quadro que tende a se replicar”, salientou.

As perspectivas não poderiam deixar de ser positivas. Bentes destacou que, após o volume de vendas ter atingido o piso histórico no acumulado de 12 meses no ano passado, as negociações de bens iniciaram uma gradual retomada nos meses seguintes, beneficiadas, em grande parte, por uma vertiginosa desaceleração da inflação. Com mais poder de compra, as famílias puderam voltar a demandar mais,

efeito que, naturalmente, contribuiu para o aquecimento do consumo.

O volume de vendas, ressaltou Bentes, é um termômetro da reativação do consumo. “Olhando os dados de todas as 27 federações, percebemos um cenário melhor em 26 delas”, destacou. Somente em Roraima a situação não melhorou. Na Região Sul e em estados de Norte, Nordeste e Sudeste, o consumo está ganhando robustez”, enfatizou o economista. A melhora nas vendas se reflete no consumo das famílias, que, por dois trimestres consecutivos, registrou um crescimento de 1,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

O aumento nas vendas já causa algum impacto na geração de postos no varejo. Na média do país, a população ocupada registrou recuo de 0,1% no acumulado em 12 meses. No mesmo período do ano passado, a queda era de 2,5%. Em todas as unidades da Federação, a ocupação apresentou algum crescimento ou queda menor em relação ao mesmo período de 2016 nessa base comparativa.

Além da melhora nas vendas, no consumo e na ocupação, um indicador de reativação do varejo é o de inauguração de lojas. No terceiro trimestre deste ano, o saldo

líquido, ou seja, a diferença entre a abertura e o fechamento de comércios, apresentou um encerramento de 1 mil unidades. Embora ainda seja um cenário negativo, mostra um desempenho um pouco melhor em relação aos períodos anteriores. No quarto trimestre de 2015, o saldo ficou negativo em 39,7 mil. “Muito provavelmente, no início do ano que vem, esperamos uma abertura mais contundente de lojas no comércio varejista”, ressaltou.

Para 2018, medidas anunciadas ainda este ano devem ajudar o consumo. Além dos recursos com a liberação dos saques do PIS/Pasep, a demanda deve ser beneficiada com R\$ 12 milhões do montante do acordo firmado entre poupadore e bancos referente aos planos econômicos dos anos de 1980 e 1990. “Isso deve injetar recursos, criando, no curíssimo prazo, uma situação favorável”, disse o economista da CNC.

As despesas de longo prazo também devem ser beneficiadas. Bentes calcula que a prestação média de bens parcelados em outubro de 2017, de empréstimos de R\$ 1 mil tomados com condições de prazo e taxa atualmente vigentes, atingiu um patamar de R\$ 45,52. Em outubro do ano passado, era de R\$ 52.

Malha logística trava agronegócio

»Marlene Gomes
Especial para o Correio



Para Brant, é preciso aprofundar o processo de concessões e de parcerias

O futuro do agronegócio brasileiro passa pela logística. O setor, no entanto, não espera recursos do governo a curto prazo, mas anseia por um rearranjo nas relações do Estado com o setor privado, visando a privatização para facilitar a construção e a manutenção da operação de toda a logística nacional. “O agronegócio tem um grande mercado mundial para explorar, mas é preciso redesenhar a malha logística do país”, afirmou o presidente do Instituto CNA,

Roberto Brant. “Não temos nenhuma ilusão quanto ao investimento público em logística. A capacidade fiscal do Estado de investir em logística está esgotada.”

Brant disse que acabou o preconceito de que o Brasil não pode ser rico baseado na exportação de produtos do agronegócio e que, portanto, o país deve seguir firme nessa trilha. Para isso, é necessário mudar a malha logística, ainda arcaica, baseada numa geografia de um Brasil que existiu até 1970. O agronegócio, de acordo com o dirigente, cresceu, ocupando as fronteiras do oeste e do norte do país. “Todas as nossas facilidades portuárias estão localizadas lá. Metade da produção de grãos brasileira é realizada na metade norte do país, mas apenas 15% dos grãos são escoados por lá”, frisou. “Vem em contraste com as outras demandas logísticas aqui no Sul e Sudeste e o resultado é congestionamento e perda de valor para o produtor.”

O setor agropecuário movimenta quase a mesma quantidade de

granéis que o mineral, segundo Brant, estimados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1 bilhão e 400 milhões de toneladas. No mineral, no entanto, a logística é de ponto a ponto, da mina ao porto ou da mina à usina. “Já as redes logísticas do agronegócio são muito mais extensas para atender às exportações e ao consumo doméstico, não apenas em termos de toneladas de granéis transportados, mas também em valores de produção”, enfatizou.

O que interessa à atividade produtiva é que haja infraestrutura disponível no país para atender as necessidades dos diversos setores, considerou Brant. “O governo não tem mais dinheiro para fazer novas estradas, duplicar as existentes ou fazer ferrovias. É preciso aprofundar o processo de concessões e de parcerias”, ressaltou.

Brant elogiou a iniciativa do Correio de debater os desafios para 2018 e argumentou que o momento é oportuno para a formação da consciência do país.

DESAFIOS PARA 2018 »

Compromisso com equilíbrio fiscal



“A agenda de equilíbrio fiscal é de interesse público. Hoje, estamos pagando todos os servidores em dia. E o que é mais importante, das áreas que mais precisam da presença do Estado” **Rodrigo Rollemberg**, governador do Distrito Federal.

Rollemberg aponta seriedade no trato das contas públicas e resgate da política na solução de conflitos como desafios para 2018

RODOLFO COSTA

Os avanços em 2018 no setor público passarão necessariamente por um grande compromisso com a política fiscal. Não é para menos. Com o governo federal, estados e municípios em situação delicada, ter comprometimento com o equilíbrio das contas públicas será essencial para garantir o funcionamento da máquina administrativa e para manter o acesso aos serviços básicos à população, de acordo com o governador do Distrito Federal,

Rodrigo Rollemberg. Ao participar do Correio Debate: Desafios para 2018, o governador frisou que tem procurado manter esse empenho na gestão da capital federal.

Rollemberg destacou que “a agenda de equilíbrio fiscal é de interesse público”. E observou que, graças a esse comprometimento, o GDF tem conseguido garantir o pagamento dos servidores em dia. “Hoje, estamos pagando o 13º salário dos servidores que fizeram aniversário em dezembro e o de todos os servidores em dia. E o que é mais importante, das áreas que mais precisam da presença do Estado”, garantiu.

Ao longo de três anos de governo, Rollemberg frisou que o governo precisou adotar medidas difíceis e de ônus “político e pessoal elevado”. “Além de manter a casa em ordem, recebemos o governo com R\$ 3,5 bilhões de dívidas. Só na saúde, era algo em torno de R\$ 600 milhões. E vamos concluir o governo pagando todas as dívidas, com salários de servidores em dia e recuperando a capacidade de investimentos, com mais de R\$ 1 bilhão investidos”, destacou. Para 2018, a expectativa é de que os investimentos superem R\$ 1,5 bilhão.

Outro grande desafio em 2018 será o resgate da política como instrumento de solução de conflitos e problemas, salientou o governador. “O Brasil vai ter oportunidade de reagir”, avaliou. Rollemberg ressaltou que o próprio GDF adotou exemplos de como a política pode contribuir para construir acordos acima de qualquer diferença partidária.

Uma das estratégias foi procurar sair de uma agenda de disputas entre estados para uma agenda de sinergia. “Sinergia que fizesse com que os estados atuassem politicamente para promover o desenvolvimento de toda a região. Contribuir para construir acordos acima de qualquer diferença partidária. Foi essa capacidade de construir agenda que permitiu estarmos, hoje, em uma situação muito melhor do que iniciamos em





2015, em função da política”, ressaltou.

O chefe do Executivo do DF ressaltou, ainda, que, com essa agenda, estados conseguiram importantes conquistas, como a aprovação da regulamentação do comércio eletrônico e da renegociação de dívidas. “Conseguimos também usar depósitos judiciais públicos para pagamento de precatórios, receber parte dos recursos da repatriação de capitais, e todo um conjunto de ações em que governadores de diversos partidos tiveram a oportunidade de construir essa agenda”, comemorou. Rollemberg ressaltou, no entanto, que a política nacional não pode ser desassociada da local. “Não podemos tratar da recuperação da economia nacional sem tratar da economia dos estados. Portanto, essas medidas foram importantes”, ponderou.

"O país precisa escapar do populismo"

BERNARDO BITTAR
ESPECIAL PARA O CORREIO

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), acredita que "o grande desafio do próximo ano será escapar das armadilhas do populismo". "Teremos que ter a competência de apresentar um projeto para o país, bem estruturado, agressivo, ousado, algo realizável. Algo que, fundamentalmente, garanta a transição de um ciclo populista para um ciclo virtuoso. Tudo isso ancorado em bons exemplos", afirmou, em evento promovido pelo Correio Braziliense para debater os desafios de 2018.

Perillo disse que, crescendo, o país conseguirá concorrer de igual para igual com os demais integrantes do Brics — grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. "O governo (de Michel) Temer avançou muito neste ano e meio, especialmente nas reformas, que estavam paralisadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso (entre 1995 e 2003). A inflação caiu de 10% para 2,5%. A taxa Selic recuou de 15% para 7% ao ano. Empregos voltaram a surgir depois de 3 anos e meio de estagnação. Estamos melhores hoje", opinou.

Pelos cálculos do governador, mais de 300 mil empregos foram recuperados em Goiás durante a gestão de Temer. Além desses, outros 46 mil postos de trabalho foram implementados. "Isso ocorreu porque somos parte de uma gestão responsável tanto do ponto de vista fiscal quanto do administrativo. Vemos isso na Petrobras, que, quase quebrada, mudou visivelmente seu posicionamento com essa nova gestão. É possível quebrar um ciclo nefasto e ter de volta um ciclo virtuoso. Precisamos evitar retrocessos", afirmou Marconi Perillo.

Outro desafio no Brasil, segundo o governador, é garantir a efetividade das reformas. Perillo acredita que, sem elas, "o país pode quebrar". "É necessário diminuir o Estado, transformá-lo em algo mais eficiente, cuidando apenas do que é essencial e de responsabilidade exclusiva dele. É necessário ter mais qualificação e agilidade. Chamei as OS (organizações sociais) para administrar os hospitais goianos, com critérios e fiscalização duríssima. Hoje, a gente paga três vezes mais a um enfermeiro do que os melhores hospitais particulares. Pagamos melhor os médicos. Posso dizer, com toda tranquilidade, que todas as nossas unidades hospitalares, todas elas, estão melhores que as do setor privado. Isso é gestão", disse.

CONJUNTURA »

Governo vai liberar R\$ 4 bi

Melhora da arrecadação e receitas extraordinárias permitirão o descongelamento de parte dos recursos do Orçamento. Em novembro, receita tributária alcançou R\$ 115 bilhões, valor 9,5% maior que o obtido em igual período do ano passado

» HAMILTON FERRARI -
ESPECIAL PARA O CORREIO

A melhora na arrecadação federal nos últimos meses vai permitir que o governo descontingencie cerca de R\$ 4 bilhões do Orçamento até 31 de dezembro. Somente no mês passado, a receita tributária atingiu R\$ 115 bilhões, o melhor resultado para o mês desde 2014 e um valor 9,5% maior que o registrado no mesmo mês de 2016, segundo a Receita Federal. Diante dos resultados positivos, o governo vai conseguir fechar o ano com déficit menor do que R\$ 159 bilhões, que é a meta fiscal, abrindo espaço para liberar os recursos que estavam retidos. A medida será anunciada nos próximos dias.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou, na saída do seminário Correio Debate: Desafios para 2018, que a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) tem reflexo forte nos ganhos de arrecadação. “Quando o PIB cai, a arrecadação cai mais. Quando o PIB sobe, a arrecadação sobe mais”, destacou, enaltecendo o crescimento

econômico atual. O Brasil registra três trimestres consecutivos de expansão: 1,3%, de janeiro a março, 0,7%, de abril a junho e 0,1% de julho a setembro. O governo estima um crescimento de 1,1% no acumulado de 2017.

Além do crescimento do consumo, a arrecadação de novembro foi impulsionada por receitas extraordinárias, como as do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o Refis, que recolheu R\$ 5,6 bilhões no mês. Em outra frente, o aumento da alíquota do PIS-Cofins sobre combustíveis, anunciada em julho, gerou ganho de R\$ 2,75 bilhões, resultado quase 160% maior que em novembro de 2016.

“Tivemos um desempenho excepcional da atividade industrial. Houve aumento nas vendas de bens e na massa salarial, além do crescimento do valor das importações. Tudo isso teve impacto na arrecadação”, disse Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros do Fisco.

De janeiro a novembro, a receita alcançou R\$ 1,2 trilhão, montante 0,13% maior que no mesmo período de 2016. Além das receitas extraordinárias, Malaquias disse que operações especiais de fiscalização permitiram o recolhimento de R\$ 22,2 bilhões em 2017.

Ações de fiscalização mais rígidas foram dirigidas a bancos e outras instituições financeiras. De acordo com Malaquias, o resultado das operações é percebido na melhora dos ganhos do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) deste ano. “Sem a fiscalização especial sobre os bancos, o desempenho da arrecadação do Imposto de Renda neste ano estaria pior”, afirmou. Em novembro, os recolhimentos dos dois tributos foram de R\$ 30,64 bilhões e R\$ 35,15 bilhões, respectivamente.

Espaço

“O que tivemos nos últimos meses foi uma recuperação da arrecadação, que, desde agosto, vem dando números positivos, superando as projeções”, disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, durante audiência pública na Câmara dos Deputados. Ele também confirmou que o governo deve descontingenciar parte dos R\$ 25 bilhões em verbas orçamentárias que estão retidas. “Vamos ter um espaço em relação à meta que vai permitir descontingenciar”, disse. Como não haverá tempo hábil para gastar todo o dinheiro, o déficit primário deve ser um pouco menor que os R\$ 159 bilhões da meta fiscal. O maior espaço no orçamento foi possível, também, porque o governo revisou a meta fiscal, passando de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

GOVERNO RECORRERÁ ATÉ O FIM

Planalto tenta evitar reajuste de servidor

Mesmo assim, ministro admite rever Orçamento e nega alta de impostos

O governo vai brigar para manter o adiamento do reajuste dos servidores e aposta numa decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Na visão dele, mesmo que haja uma liminar garantindo a concessão do reajuste no início de 2018, é possível reverter os aumentos caso o plenário da corte derrube a liminar e avalie que a postergação dos reajustes para o início de 2019 é válida.

A posição contradiz o que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse mais cedo em café da manhã. "A Constituição veda a redução de salário. Uma vez aumenta-

tado, está aumentado. Não podemos voltar atrás", afirmou Henrique Meirelles.

O STF volta do recesso em 1º de fevereiro, mas ainda não há data estipulada para a questão ser levada a plenário. A pauta depende da presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia.

"Não achamos que o adiamento do reajuste de servidores está perdido", afirmou Dyogo Oliveira, após participar de audiência pública na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, para o governo o que vale é a decisão de mérito do STF sobre os reajustes.

"O Supremo poderá, quando julgar o mérito, decidir positivamente

pela aplicação Medida Provisória, e nesse caso ela voltaria ter valor desde o início", afirmou o ministro do Planejamento. "Como é decisão liminar, precária, o julgamento do mérito é que vai definir efetividade", acrescentou.

Até o julgamento, o ministro assegurou que o governo vai "cumprir fielmente" a decisão do ministro Lewandowski, fazendo o pagamento dos valores. "Agora, vamos entrar com recurso e, se tiver decisão favorável, o que vale é o mérito", reafirmou Oliveira.

Como não haverá decisão antes de fevereiro, o aumento das despesas decorrente do reajuste precisará ser considerado na reavaliação do Orçamento no início de 2018. Oliveira já admitiu que a execução do Orçamento no ano que vem deve começar com um corte de gastos.





Dyogo: o governo fará no inicio do ano cortes no Orçamento de 2018 por causa da decisão de Lewandowski que garante o reajuste

SERVIÇO

Se teto for aplicado, estados ganham

MAIOR ECONOMIA VIRÁ DE SALÁRIOS DO JUDICIÁRIO

- Os Estados podem economizar até R\$ 2,5 bilhões apenas no Poder Judiciário com a regulamentação do teto salarial do funcionalismo, disse Dyogo. A estimativa foi feita com base em dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Planalto quer novo teto.
- Quando consegue aplicar o abate-teto, que corta o excedente aos R\$ 33,7 mil que são o limite federal de remuneração bruta, o Planalto atinge 1.746 pessoas no governo federal - inclusive o próprio ministro do Planejamento. A economia no ano passado foi a R\$ 88 milhões.